

Novos cortes no "pacote"

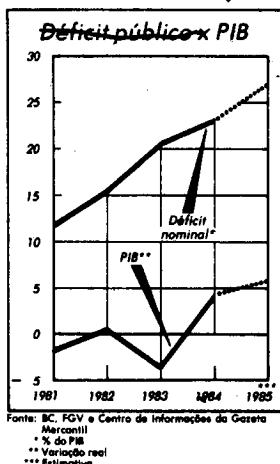
Economia - Brasil

por Celso Pinto
de São Paulo

O uso abusivo do carro oficial, um dos mais ostensivos símbolos da liberalidade no gasto de recursos públicos no País, poderá ser duramente golpeado pelo "pacote" econômico que o governo está preparando.

Se o presidente da República aprovar, o acesso a este privilégio ficará restrito a ele mesmo, seus ministros, os secretários gerais e os presidentes das estatais.

Não é uma medida tão expressiva do ponto de vista econômico. Prevê-se uma economia ao redor de Cr\$ 6 bilhões. Mas terá, certamente, uma repercussão política positiva. Apenas em Brasília, o governo colocaria à venda cerca de três mil veículos, hoje utilizados pelo terceiro e até quarto escalão de funcionários. Ao fim de cada ano, o governo gasta na manutenção de cada um destes au-



tomáveis quase o valor de um veículo novo (70% deste valor, para ser mais preciso).

Esta moralização no uso dos carros oficiais é uma das medidas que compõem a parcela do "pacote" destinada à contenção dos gastos públicos. A dimensão desta parte do "pacote" po-

derá surpreender os mais céticos.

O conjunto de medidas prevê o corte de 10%, em termos reais, nas despesas com pessoal na administração direta no próximo ano. Em outros termos, estes gastos não poderão crescer mais do que 90% do valor da variação do INPC no período.

As empresas estatais também terão de conter gastos, mas evitou-se fixar o corte diretamente sobre a folha de salários (em casos específicos, a exigência poderia ser prejudicial). Cada empresa terá de cortar 10% de suas despesas administrativas, excluídos os gastos com matérias-primas (essenciais para manter o nível da produção) e despesas financeiras (de difícil compressão). Na prática, este corte no custeio acabará também incluindo economias com pessoal.

Bóra parte dos gastos federais e de estatais é contratada de terceiros. Por esta razão, o "pacote" prevê um corte de 20% nos gastos com terceiros no próximo ano.

Outra medida impõe um limite semanal para as horas extras de funcionários. A contenção na administração direta passa também pela proibição de compra ou locação de imóveis fora do Distrito Federal.

O governo ainda não fez as contas exatas de quanto economizará com todas estas medidas, mas deverá ser algo razoável. A estas alterações somam-se algumas outras já antecipadas por este jornal: criação de

reduzir os gastos de custeio, a concessão do 13º salário e o critério para o reajuste dos funcionários públicos, a partir de janeiro.

Novos cortes no "pacote"

por Celso Pinto
de Brasília

(Continuação da 1º página)
um conselho interministerial para fixar normas para a política salarial na administração direta, nos mesmos moldes do CISE (que atua sobre as estatais); centralização na Presidência da aprovação de investimentos de estatais; proibição de criação de novos órgãos; auditorias operacionais sobre as estatais; participação de empresários nos conselhos de administração de grandes estatais; e retirada do âmbito da Sest das entidades de governo não empresariais (como fundações, universidades, etc.).

Duas medidas que vinham sendo estudadas correm o risco de não mais serem incluídas no "pacote": a que estimulava aposentadorias voluntárias de servidores públicos e licenças temporárias para transferência para o setor privado. Nos dois casos, surgiram dúvidas jurídicas sobre a implementação das medidas e algumas questões operacionais.

A aposentadoria voluntária, por exemplo, poderia premiar com remunerações muito altas funcionários jovens de pouco mais de 30 anos. Nos dois casos, haveria o risco de acabar estimulando a saída apenas de bons funcionários, com muito mais trânsito e espaço para transferir-se para o setor privado.

A segunda grande fatia do "pacote" é a que reúne as medidas de privatização de estatais e venda de parte de seu controle acionário. São 47 empresas privatizáveis e uma previsão de receitas de Cr\$ 10 trilhões em 1986, incluindo a venda de ações de grandes estatais, como a Petrobrás.

Estas duas partes do "pacote" pretendem contrabalançar, política e economicamente, a terceira parte, a que prevê aumento tributário e que deverá somar cerca de Cr\$ 60 trilhões. O formato básico

desta parte do "pacote" já foi divulgado, nas últimas semanas, pela imprensa.

Seu sentido é aliviar o imposto sobre rendas menores, apertar as rendas mais altas e aproximar o sistema ao de bases correntes no caso das pessoas físicas. Para as pessoas jurídicas, propõe-se declaração semestral, aplicável em alguns setores, e algum tipo de tributação especial sobre ganhos (especialmente financeiros) das 3 mil maiores empresas. Na área financeira está sendo proposta a aplicação do IOF sobre operações a termo e mercado futuro das bolsas de valores, sobre operações de curto prazo no open market e para os títulos pós-fixados. Além disso, o prazo de recolhimento de tributos dos bancos ao Banco do Brasil seria reduzido a três dias.

Outra medida que está sendo estudada, mas sobre a qual não há decisão tomada, é uma mudança no sistema de aplicação da contribuição da Previdência Social sobre as empresas. A intenção não é elevar a arrecadação da Previdência, mas concretizar um velho propósito: evitar que o cálculo recaia sobre a folha de salários, o que acaba punindo as empresas que mais empregam mão-de-obra.

Existem dúvidas jurídicas e práticas para mudar o sistema. Alguns, no governo, acham que a inclusão deste item num "pacote" destinado a recompor as finanças públicas poderia trazer desconfianças sobre a verdadeira intenção da mudança. Em todo o caso, se houver alguma novidade, será no sentido de transferir a incidência da Previdência para o valor agregado da produção das empresas.

Algumas outras medidas estudadas junto com o "pacote" também foram antecipadas: mudanças no Conselho Interministerial de Precos (CIP), no Conselho de Desenvolvimento Indus-

trial (CDI) e no Conselho de Política Aduaneira (CPA); a criação de um programa de alimentação para a população carente, com o uso de tickets; e descentralização da sua gestão.

Tanto a Seplan quanto o Ministério da Fazenda estão confiantes na aprovação das medidas do "pacote", que dependem de tra-

mitação no Congresso (as alterações em impostos e, se houver, na Previdência). Os impostos adicionais recaem, basicamente, sobre o setor financeiro e as rendas altas — têm, portanto, um caráter distributivo que ajuda os argumentos do governo. De outro lado, ao reforçar as restrições ao próprio setor público, o governo abre um espaço razoável para pedir o apoio parlamentar.

As negociações para a votação do "pacote" só acontecerão depois da votação da emenda da Constituinte.

GASTOS

O repórter Aldo Renato Soares informa de Brasília que o governo definirá a dispensa de funcionários públicos até o dia 9 de janeiro. Os ministros da Fazenda, Dilson Funaro, do Planejamento, João Sayad, e da Administração, Aluísio Alves, começarão amanhã a discutir as medidas para os gastos de custeio, a concessão do 13º salário e o critério para o reajuste da categoria a partir de janeiro. A discussão sobre o reajuste salarial, segundo Alves, levará em conta os planos de carreira.